

CLIPPING IMPRESSO

18/08/2021

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. CEMULHER.....	1 - 3
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. AÇÕES TJMA.....	4
2.2. CNJ.....	5
2.3. DESEMBARGADOR.....	6 - 8

JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

Vítimas de violência são acolhidas pela 1ª Vara da Mulher

Vítimas de violência doméstica são acolhidas na 1ª Vara da Mulher, em São Luís, enquanto aguardam audiências da Semana Nacional do Programa “Justiça pela Paz em Casa”, que começou nesta segunda-feira (16). Os filhos pequenos das vítimas e outras mulheres que comparecem à unidade judiciária como testemunhas também recebem atendimento no “Espaço Acolher”, localizado no hall do 5º andar do no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). Foram agendadas 109 audiências para os cinco dias de atividades.

A titular da 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Rosária de Fátima Duarte, explicou que, além das 109 audiências incluídas na pauta, durante o mutirão os juízes julgam processos, dão decisões, sentenças e despachos. Conforme a magistrada, o objetivo é concentrar esforços para julgar e agilizar processos que envolvam casos de violência contra a mulher. Atualmente tramitam na unidade 3.252 processos físicos e eletrônicos.

Já no “Espaço Acolher”, o atendimento é feito pela equipe multidisciplinar da 1ª Vara da Mulher. No local, as vítimas e também mulheres que foram intimadas como testemunhas conversam

com psicólogos, assistentes sociais e comissários de justiça, além de aguardarem, longe dos agressores, a hora da audiência. No espaço são acolhidas, ainda, as crianças filhas das vítimas.

A assistente social Joseane Abrantes disse que as mulheres chegam nervosas, pois durante seus depoimentos nas audiências relembram as situações de violência vividas, além do medo de encontrarem com o agressor. “Com esse acolhimento, elas acabam ficando menos apreensivas”, ressaltou. No local as mulheres – vítima e testemunhas – recebem orientações e tiram dúvidas com a equipe multidisciplinar. A comissária de justiça, Letícia Costa, explicou que, dependendo de cada caso, são feitos encaminhamentos para a rede de atendimento (Casa da Mulher, unidades de saúde, promotoria, defensoria, entre outras instituições).

Acolhida pela equipe multidisciplinar, uma doméstica de 43 anos, vítima de agressão praticada pelo ex-companheiro com quem viveu por três anos e teve uma filha, disse que chegou ao Fórum muito nervosa. “Depois que conversei com os profissionais fiquei um pouco mais tranquila. As agressões começaram depois do nascimento do bebê. Após nossa separação ele

me agrediu no meio da rua, mesmo eu estando com a criança no colo, e continua fazendo ameaças até hoje”, contou a vítima. Sem ter com quem deixar a filha, ela levou a menina de três anos, que ficou brincando no Espaço Acolher, enquanto a mãe participava da audiência.

Segundo a juíza Rosária de Fátima Duarte, por conta das medidas sanitárias de prevenção da COVID-19, nesta edição do “Justiça pela Paz em Casa” foram agendadas apenas seis audiências por dia e reduzida de seis para três a quantidade de salas de audiência. O protocolo segue as orientações da Portaria 541/2021, em vigor desde o dia 2 de agosto e que disciplina o retorno do atendimento presencial no Judiciário e que considera o Decreto 36.871 do Governo do Estado do Maranhão.

As audiências, que vão até a próxima sexta-feira (20), ocorrem das 9h às 14h30 e são presididas pelos juízes Rosária de Fátima Duarte, Nelson Morais Rego e Vanessa Clementino. Participam três promotores de Justiça, quatro defensores públicos, além

de advogados.

A 2ª Vara da Mulher, localizada no Jaracaty, e que tem competência para as Medidas Protetivas de Urgência (MPUs), também está realizando atividades durante o mutirão. A juíza titular da unidade, Lúcia Helena Heluy, informou que a equipe está trabalhando nos processos com expectativa de que durante esta semana sejam concedidas 40 medidas protetivas e proferidas 300 sentenças.

A 18ª edição da semana “Justiça pela Paz em Casa”, instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), tem o objetivo de aprimorar e tornar mais célere a prestação jurisdicional em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. No Maranhão, as atividades ocorrem também nas comarcas do interior do estado e são coordenadas pela CEMULHER (Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça). O evento conta com a parceria das Promotorias de Justiça, Defensorias Públicas e demais órgãos do sistema de Justiça do Direito.





Informe JP

Miudinhas

*** O Poder Judiciário do Maranhão fará, na quinta-feira (19), a distribuição de exemplares da Constituição Federal à população, no Terminal da Integração-Praia Grande, a partir das 17h.

*** De acordo com o presidente TJMA, desembargador Lourival Serejo, o objetivo é estimular os cidadãos a fazerem a leitura da Constituição Federal.

*** O entendimento é de que “com a leitura da Constituição, os cidadãos se tornarão mais conscientes dos seus direitos, tendo uma melhor compreensão sobre os dispositivos constitucionais os quais a sociedade precisa estar atenta, em especial aqueles que são fundamentais para ao exercício pleno da cidadania”.

Violência contra mulher: mutirão vai agilizar julgamentos em todo país

Começou na segunda-feira (16) em todo o país, e vai até o dia 20 de agosto, a Semana Justiça pela Paz em Casa. A iniciativa é do Conselho Nacional de Justiça, em parceria com os tribunais de justiça dos estados e do Distrito Federal (DF).

O programa Justiça Pela Paz em Casa concentra esforços para agilizar o andamento de processos relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher. Em especial a emissão de sentenças e decisões.

É o que explica a conselheira Tânia Reckziegel, presidente da Comissão Permanente de Políticas de Prevenção às Vítimas de Violências, Testemunhas e de Vulneráveis do CNJ: "no período, magistrados e magistradas dos tribunais de Justiça de todo o país deverão priorizar o andamento dos processos judiciais de violência doméstica, em especial, a emissão de sentenças, despachos e decisões".

Na última edição da Semana Justiça Pela Paz em Casa, em março deste ano, foram realizadas 6.027 audiências e emitidas mais de 6 mil medidas protetivas, além de proferidas 11.195 sentenças nas 27 unidades federativas,

envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher.

A conselheira Tânia Reckziegel, fala da importância de projetos como este, uma vez que a morosidade da justiça pode colocar em risco a vida da mulher que sofre violência.

"A morosidade processual representa diversos riscos à mulher vítima de violência, podendo acarretar a ineficácia do resultado final do processo e, nessa hipótese, haverá, por via transversa, a denegação da Justiça. Assim, é muito importante o empenho dos atores de Justiça, para a rápida solução dos processos que envolvem a temática de violência doméstica", disse a conselheira.

Iniciado em março de 2015, o Justiça pela Paz em Casa conta com três edições de esforços concentrados por ano. As semanas ocorrem em março – marcando o dia das mulheres -, em agosto – para celebrar o aniversário de sanção da Lei Maria da Penha - e em novembro, mês em que a ONU estabeleceu o dia 25 como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher.

(AGÊNCIA BRASIL)

Anna Graziella Neiva toma posse como membro titular do TRE-MA



Anna Graziella toma posse ao lado de
Joaquim Figueiredo e Ângela Salazar

Em sessão solene realizada por videoconferência, a advogada Anna Graziella Santana Neiva Costa tomou posse, nesta terça-feira (17), como membro titular do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão na categoria de jurista para um período de dois anos. A cerimônia foi conduzida pelo presidente do Regional, desembargador Joaquim Figueiredo, que em sua fala discorreu sobre o atual contexto sociopolítico do país, nos convidando a renovarmos a confiança na democracia brasileira.

PÁG.2

Anna Graziella Neiva toma posse como membro titular do TRE-MA

Em sessão solene realizada por videoconferência, a advogada Anna Graziella Santana Neiva Costa tomou posse, nesta terça-feira (17), como membro titular do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão na categoria de jurista para um período de dois anos. A cerimônia foi conduzida pelo presidente do Regional, desembargador Joaquim Figueiredo que em sua fala discorreu sobre o atual contexto sociopolítico do país, nos convidando a renovarmos a confiança na democracia brasileira.

“Neste momento, o nosso compromisso deve ser de responsabilidade com o passado que tanto nos legou e com o futuro que legaremos aos nossos descendentes, reconhecendo, de forma límpida, a importância de uma democracia plena e de uma Justiça Eleitoral independente, forte, moderna e iluminada pelos ideais e princípios constitucionais e democráticos”, destacou. O magistrado afirmou que o país se orgulha de ter uma justiça eleitoral respeitada, consolidada e determinada a realizar, com grandeza, o seu papel de protagonista da melhoria do processo eleitoral com mecanismos de apuração de votos figurando na vanguarda dos sistemas mais modernos e confiáveis do mundo. Sobre a nova empossada, enfatizou “tenho certeza de que Vossa Excelência com o conhecimento nesta Justiça Especializada, já demonstrado, abrilhantar, os nossos

julgamentos. Desejo sucesso nessa nova empreitada jurídica em sua vida, que Deus a abençoe e proteja sempre”.

“Sinto-me especialmente lisonjeada em participar desta sessão solene de posse, em que a história dessa egrégia Corte está sendo reescrita, com a ascendência de uma jovem mulher, advogada militante, de personalidade vibrante e vasta experiência profissional, porque são passados 17 anos do dia em que, pela primeira vez, este Colegiado teve em sua composição uma mulher como membro titular, na classe de jurista, a advogada Sônia Maria Lopes Coêlho.

Sendo reescrita, também, porque a sua composição atual contará com três grandes mulheres. Essa nova composição será, com certeza, protagonista na condução do processo eleitoral vindouro e de toda a sua logística, para assegurar a transparência e legitimidade do processo eleitoral e garantir ao eleitor o livre exercício do voto, contribuindo, assim, para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito”, ressaltou a desembargadora Ângela Salazar, corregedora regional eleitoral e vice-presidente do TRE-MA ao dar às boas-vindas a Anna Graziella Neiva.

Em seu discurso, Anna Graziella Neiva frisou que “mais do que zeladora da lisura dos pleitos eleitorais, assegurando o inarredável respeito às regras eleitorais, a Justiça Eleitoral é a guardiã da soberania popular e, por conseguinte, da própria

democracia. Esse ideário precisa ser compreendido por toda a sociedade. A força e a solidez das instituições de Justiça deste país, demonstradas a cada açoite, e a completude da Carta Magna brasileira, que instituiu o Estado Democrático de Direito, em direta confrontação com um Estado de Ódio, precisam nos assegurar uma nação que seja reconhecida pela sua soberania e não pelas dissensões”.

Finalizou deixando registrado que agora, ao ingressar na Corte Eleitoral, irá dar sua contribuição em busca de aperfeiçoamento junto aos mais experientes com uma dedicação inesgotável, não apenas à magistratura eleitoral, mas à democracia brasileira e ao seu país.

Anna Graziella Neiva foi nomeada pelo presidente Jair Bolsonaro no dia 27 de julho para ocupar a vaga aberta em razão da renúncia de Bruno Duailibe em dezembro de 2020, que assumiu cargo de Procurador Geral do Município de São Luís.

Prestigiaram a posse, além dos membros da Corte e o Procurador Regional Eleitoral, as seguintes autoridades: o ex-presidente da República José Sarney; o ministro Reynaldo Soares da Fonseca; o desembargador Jaime Ferreira de Araujo; o deputado estadual Glauber Cutrim; ex-governadores Roseana Sarney e José Reinaldo Tavares; desembargador federal Ney de Barros Bello Filho; presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, conselheiro Joaquim Washington Luiz de Oliveira; além de ex-presidentes e ex-membros do TRE; defensores públicos, advogados, servidores e familiares.



Anna Graziella Neiva toma posse ao lado dos desembargadores Joaquim Figueiredo e Ângela Salazar